

I

Direito Romano, Prática - 01-10-2012

Prof Ana Maria João Ana

anamf@neto@ yahoo.com

Direito Romano numa perspectiva de fontes do D.R.

Do. Processual, o processo civil é fundamental.

Organização política.

→ fontes (2^{as})

→ Organização política (1^a).

Evolução histórica.

Elementos } Lei ...
dentro } Jurisprudência

Manual do Prof. Eduardo de Gus

prezido em 355 A.E., mas o nome
notre termino do país.

Sebastião Cruz → ponto completo

Manual de Gus - de todo ^{jurisprudência} jurídica política.

Dentre das fontes de D.R. há uma preferência pela jurisprudência.
Ita com processo de progressiva subordinação do D.R. ao país.

O D.R. é imp. e conhecemos as fontes. O D.R. enquanto obj. de estudo
é de construção humana, ou seja todos os outros institutos, não surgem
do nada, tem vêm de algum lado.

Para perceber as fontes, necessitamos de uma origem mitológica.

Monarquia Romana:

Período onde há muitas fontes.

Jurisprudência

Mores maiorum → fonte consuetudinária, o D.R. não quer dizer seja
os hábitos de comportamento
dos antigos. Remissão para prática costume

Consuetudo ~~de~~ surge no tempo imperial.

Mores maiorum → é exercido num período pré-imp., p. é exercido por
sacerdotes. É D.R. p. é uma prática dos antepassados. É imp. p. a origem
de onde acaba por sustentar

Hoies maiorum:

Faz a representadã a comunidade Romana fã de si própria, e ^{para um} necessário saber que os códigos dos antigos servia para ^{para um} mediaçã de actualidade. A partir daqui percebemos a concepçã de dto q os Romanos têm, e quem vai fazer "lei" dos maiores maiorum sã os sacerdotes. As regras antigas têm uma origem religiosa.

A jurisprudência é a fonte por excelência do dno Romano. Sã os sacerdotes q interpretam a ordem jurídica, q eram detidas dos códigos de conduta dos antepassados, dos cidadãos (residências de Roma).

Hj em dia nós temos uma noçã de territorialidade. O dno Romano, é inicialmente o direito civil (q é o dno q se aplica aos cidadãos de Roma), e não se aplicava aos estrangeiros que se encontravam em Roma. O direito civil não se aplicava em caso de litígio entre um cidadão e um estrangeiro.

Ius gentium. → dno das gentes. Não é o dno. internacional q nós hj em dia compreendemos.

Ius gentium é um dno interno, é um dno Romano, feito por magistrados Romanos.

A partir do séc II começa a haver uma unificação do dno civil ius civilis e ius gentium.

Praetor →

Ius gentium → é submetido criado pelo praetor.

Praetor urbano → trata dos assuntos dos cidadãos.

Figura genérica do magistrado → vemos estador e parte do séc V A.E.

Praetor reconhecendo ao poder do imperio vai

Até ao séc III A.E. não é função do praetor, mas um dno q está acima disso e o Praetor diz q dno interpretava.

ius aedictio → poder de dizer o dno q estava

II. Sobre a concepção de *doctus*

o Rex e juiz supremo, pater e sacerdote supremo.

Recepção de ordem social, há um grupo de famílias q dominam e escalam com a "voz de divino" o próximo Rex que se segue.

Toda esta ^{ideia} ~~estrutura~~ ~~essa~~ que há um chefe q tem um contacto dos deuses, e a Rex e daí q os sacerdotes dominam a org. social. Tem q ser cidadãos Romanos. Esta problemática é imp. perceber a ideia política e social.

Nesta época encontramos um grupo de cidadãos q se dividem entre Patricios e Plebeus, em q o dtº Romano reservava alguns direitos, como o ius connubi (casamento) e isto foi uma forma de preservar os poderes aos Patricios; E podemos ver q os Plebeus ao se unirem a Patricios, começam por ganhar alguns poderes, com o *interfamilia*. E este *interfamilia* tem um conceito jurídico e isto nota-se na relação de poder entre o filho.

1) Dimensão religiosa e família, que no plano político. A família é um núcleo político de representação de grupos q se juntam a uma tribo, q estava na formação de Roma.

A pertença a uma família, a uma tribo, e tem subido carácter político.

No período arcaico os plebeus estão fora desta matéria.

Cliente \rightarrow alguém q depende de um patrono e que em troca lhe dava favores em troca.

A dependência pessoal condiciona o estatuto de cidadania.

Um princípio condiciona o acesso do *doctus* ao poder.

Processo de jurisprudência está muito visível no império, q se apresenta

O jurisprudente dá um parecer, alguém q é procurador. É o *advocatus* que ele consegue ouvir do pater, alguém a ouvir nele. O dtº. é uma imposição por acesso racional à melhor solução. Há várias soluções possíveis, mas o que se patre

ver nos
opiniões

é a melhor formulação possível.

Ius →

Pone os Romanos to 1ª regra direta entz direito e justice, e é ai q deriva a noçã acerca de dto. O dto é aquilo que eu aceito como a soluçã + correcta p um caso.

Se outras pto que está na gnese de aplicar o dto, ou se pode separar o o.

Com Bone encontramos 1 grupo de pessoas a quem se recorre a capacidade de identificar quais as sol. possíveis p um caso, mas tb existe um juiz romano (que aqui no é um magistrado), mas sim um particular (de prof. alguém cl bom "nome") que é escutado p ouvir as partes, avaliar a prova e resolver o caso de acordo com a regra q lho foi indicado pelo pretor (magistrado), e por sua vez este encontra a regra e a ajuda dos juristas. O pretor é o que resolve o caso, mas o pretor estabelece as regras de dto civil e progressivamente vai começando a criar e a inovar, mas inova por conselho do jurisprudente.

Ita a ideia q o dto é uma prescriçã resultante de uma ordem jurídica de alguém q precisa obedecer. E como precisa de obedecer, esse alguém é reconhecido como alguém q tm conhecimentos.

O dto. de responder publicamente a ordem da autoridade do Príncipe.

Aqui investe-se a base anterior dto. p q surgiram jurisprudentes

O dto é o q está na lei, e a lei é a vontade do imperador.

Nj em dia o dto. é uma manifestaçã de uma vontade política.

► Este momento ocorre no Principado, a autoridade do Príncipe aumenta. Estes episódios vão demonstrar como o poder político se foi apropriando das fontes.